

“Spread” mais alto e menores prazos, o preço da moratória

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O preço que o País está pagando por manter a moratória é o da elevação do **spread** (taxa de risco) e o encurtamento no tempo de financiamento nas operações de curto prazo, envolvendo créditos comerciais e interbancários que somam cerca de US\$ 15 bilhões. Segundo um qualificado funcionário que atua diretamente na área econômica externa, o **spread** é, na maioria dos contratos, superior a 2% — o mais alto pago atualmente por qualquer devedor —, enquanto os prazos, que antes da moratória chegavam até a 180 dias, estão hoje reduzidos a 30, e, em alguns casos, a no máximo 60 dias,

criando vários obstáculos ao financiamento do comércio exterior do País.

Para tentar aliviar a situação, o Banco Central abriu uma linha de crédito de US\$ 300 milhões há dois meses e pretende abrir outra, de US\$ 500 milhões. Esse tipo de assistência financeira é limitada pela disponibilidade das reservas cambiais, que embora estejam crescendo como resultado do desempenho das exportações, que vêm registrando superávits mensais acima de US\$ 1 bilhão, estão comprometidos com outros pagamentos que não os juros devidos aos bancos privados, entre eles os juros dos empréstimos de curto prazo, que correspondem a cerca de US\$ 3 bilhões.

TENSÃO

Funcionários do Banco do Brasil e dos bancos privados brasileiros que atuam no Exterior admitem que está aumentando a cada dia a tensão nas relações com seus credores, na administração do dia a dia das operações interbancárias e comerciais. Os créditos são renovados, pois do contrário ficariam depositados à disposição do Banco Central, mas os atrasos são constantes. Antes da moratória créditos novos eram abertos e facilidades eram oferecidas. Agora, os créditos são mantidos rigorosamente nos mesmos limites anteriores à moratória, tendo inclusive ocorrido algumas perdas, embora pouco expressivas, relacionadas a desistência de bancos americanos de pequeno e médio portes.